

Agenda para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento¹(8/2003)

Wilson Cano²

A questão central deste trabalho decorre do entendimento que o autor tem sobre as radicais mudanças da economia política internacional a partir de fins de 1979, decorrentes da mudança da política fiscal norte-americana, e subsequente restauração do Dólar como o equivalente geral da economia mundial. A partir daí, os EUA retomaram sua hegemonia e, principalmente, instaurariam com outras atitudes, o maior poder *imperial* no sistema capitalista de produção.³

Recordemos que na década de 1980, os países subdesenvolvidos sofreram os perniciosos efeitos da chamada "Crise da Dívida", que aprofundou a crise fiscal e financeira do estado nacional, debilitou sobremodo o crescimento econômico, e ampliou, de forma estrutural, o rombo financeiro do balanço de pagamentos. Na de 1990, o receituário neoliberal implicou na submissão consentida à Nova Ordem, representada pelos preceitos contidos no chamado Consenso de Washington, com o que abdicaram de suas soberanias nacionais no desenho, implementação e manejo de suas políticas econômicas.⁴

Este esforço de reflexão tem também como objetivos, de um lado, desmistificar o discurso da direita, que reitera a *não-existência de alternativas possíveis a esse modelo neoliberal*, e de que *a esquerda não tem qualquer projeto*. Não ignoro as dificuldades para convencer a opinião pública, tanto sobre a alternativa proposta, como sobre as formas de implementá-la, dados os grandes obstáculos políticos e econômicos (internos e externos) envolvidos na proposta. De outro, mesmo que se possa considerá-la como uma *utopia*, quero com isto ampliar o espaço de discussão do problema e de outras alternativas, ou de eventuais reformulações para esta proposta.

1- Conteúdo e dinâmica do atual modelo

O receituário neoliberal está assentado para atender a duas ordens de questões: a financeira e a produtiva. A primeira decorre da crise financeira internacional, que explicitou a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital, impondo a quebra da soberania nacional de nossos países, para liberar seu movimento internacional na busca incessante da valorização. A segunda decorre da reestruturação produtiva e comercial feita pelas

¹ Desde 1990 o autor tem elaborado e organizado algumas idéias sobre este tema, que ora são apresentadas de forma mais completa e atualizada. O primeiro escrito surgiu em 1990 na Unicamp, publicado em 1992 (*Uma alternativa não neoliberal para a economia*, In Cano (Coord.) São Paulo no Limiar do Século XXI, F.Seade, SP, 1992, v.1). Uma segunda foi inserida mais tarde, ampliada e revista em meu livro *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*, Unicamp, 1995, 4a. ed. e uma terceira, muito resumida, na revista Teoria e Debate n. 45, jul.-set./2000. A presente versão foi atualizada e teve revistas algumas partes. Esta versão foi apresentada no XV Congresso Brasileiro de Economistas, Brasília, 10-13/9/2003.

² Prof. Titular do Instituto de Economia da Unicamp.

³ As principais atitudes e seus maiores efeitos foram, entre outras:- a quebra financeira dos países mais endividados, entre os quais alguns socialistas, dada a brutal elevação da taxa de juros e o corte dos financiamentos externos à periferia mundial; o anúncio do projeto *Guerra nas Estrelas* em 1983, ameaçando militarmente a já combatida capacidade de retaliação da URSS; o desastre político e econômico da *perestroika*, a partir de 1985-86; a queda do *Muro de Berlim* em 1989 e suas seqüelas: o elevado custo da *reunificação alemã* e a desintegração da URSS e da Comunidade dos países Socialistas a partir de 1991; a desvalorização do Dólar e a subsequente valorização do Iene. Em resumo, os EUA liquidaram a URSS e as anteriores pretensões de Japão e Alemanha, em tomar-lhes o poder hegemônico no capitalismo.

⁴ Uma análise desses processos pode ser vista em: Fiori, J.L.(Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, VOZES, (1999) e Cano, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*, UNESP/UNICAMP (2.000).

grandes empresas transnacionais (ET), em suas bases localizadas nos países desenvolvidos, que também exigiria, na década de 1990, reestruturações semelhantes em suas bases localizadas nos subdesenvolvidos. Destas duas ordens derivaram os objetivos para impor um conjunto de reformas institucionais liberais a nossos países.

Este quadro de reformas foi complementado por políticas de estabilização que tiveram como *lastros*, uma elevada valorização da moeda nacional⁵ ante o dólar e um cíclico crescimento da dívida pública interna, potenciada ainda por elevados juros reais. A valorização resultou em forte diminuição dos custos dos importados, debilitamento das exportações, gerando grandes déficits comerciais e de serviços, além de seu papel nas políticas antiinflacionárias. Por exemplo, no Brasil entre 1989 e 2001 o PIB cresceu 26,4%, nossas importações cresceram 203% e as exportações apenas 69%. O câmbio barato e desregulamentado ampliou também os gastos com turismo, compras de imóveis no exterior e crescentes remessas não controladas, muitas de escusa procedência.

O conjunto das políticas de estabilização e das reformas implantadas constitui um todo articulado para permitir a funcionalidade do modelo:

- i- ampla liberdade para o capital (estrangeiro ou nacional) financeiro se apropriar, nos diferentes países, de elevados ganhos de toda ordem, possibilitados pela liberdade de sua alocação setorial e regional, pelo baixo valor dos ativos públicos e privados adquiridos, pela especulação bursátil; pelas tarifas públicas privilegiadas que ampliaram seus lucros operacionais; e pela liberdade de remessa de lucros e de juros. A “justificativa” foi a de que, com isso, o capital externo não só financiaria nosso “passageiro” desequilíbrio externo como a retomada do nosso desenvolvimento;
- ii- as reformas dos sistemas financeiros nacionais foram necessárias para compatibilizar a velocidade exigida pelos novos fluxos externos e pela diversificação que então se operaria nos mercados financeiros;
- iii- a abertura comercial e de serviços, via forte rebaixamento tarifário e não tarifário e pela valorização cambial, que tanto sancionaram as enxurradas de importações e gastos internacionais, quanto contribuíram para enfraquecer ainda mais o capital nacional, desnudando nossa incapacidade de concorrer em igualdade com o capital internacional;
- iv- flexibilização das relações trabalho-capital, para diminuir ainda mais o já baixo custo do trabalho, adequar os contratos ao novo *timing* da tecnologia e ainda abalar as estruturas sindicais;
- v- as reformas dos sistemas previdenciários, para abrir mais um importante flanco de mercado para o capital financeiro e abrir maior espaço no orçamento público para os juros das dívidas públicas internas e externas.
- vi- mas para isto, era preciso reformar o estado nacional, para dismantelar suas estruturas - o que se fez com a conivência de nossas elites, diminuindo o tamanho e a ação do estado, via eliminação de órgãos públicos, dispensa e redução dos salários reais dos funcionários, privatização de ativos públicos, dismantelamento dos sistemas de planejamento e de regulamentação.

⁵ A valorização foi de cerca de 40%, entre 1989 e 1994 ou de 34% entre 1993 e 1994.

Já dispomos de dados e informações suficientes para entender que os modelos neoliberais impostos desde o final da década de 1980 à América Latina, resultaram numa considerável piora de nossas condições econômicas, políticas e sociais, já deterioradas na década anterior.⁶

Parte substancial das entradas de Investimentos Diretos do Exterior (IDE), foi alocada em compras de empresas públicas e privadas nacionais, predominantemente na área de serviços (distribuição de energia, telecomunicações, finanças, etc.). Com isto, de um lado, passaram, a partir daí, a remeter lucros ao exterior e, de outro, como a maior parte delas não gera divisas, são consumidores líquidos de dólares. Seus novos titulares têm melhor acesso ao financiamento externo, com o que ampliou-se não só a dívida externa privada, mas também as remessas de juros. Privatizações, desnacionalização, desmantelamento de empresas prestadoras de serviços e sua liberalização, ampliaram os gastos internacionais com serviços de transporte, financeiros, de engenharia, consultoria, etc.

Com isso, ao buraco da conta de comércio de bens juntou-se o da conta de serviços, aumentando assustadoramente as necessidades de financiamento externo. Atendidas, por entradas crescentes de capitais de toda a ordem, causam novo aumento da dívida externa e da conta de juros. Por sua vez, maiores pagamentos de juros e amortizações crescentes exigem novos (crescentes e permanentes) financiamentos externos, para tapar, além daqueles dois buracos (o chamado déficit em transações correntes), o do lado financeiro do balanço de pagamentos. Em resumo, o déficit em transações correntes do Brasil, de 1995 a 2002, acumulou o fantástico volume de US\$ 199 bilhões, nossa dívida externa saltou, no mesmo período, de US\$ 150 bilhões para US\$ 235 bilhões e nosso passivo externo atinge hoje cerca de US\$ 400 bilhões.

Para enxugar a liquidez gerada pela "enxurrada de dólares", foi necessário imenso aumento da dívida pública. Com isto, os juros pagos pelo governo já somam entre 8% e 10% do PIB! Estes (maus) fundamentos macroeconômicos debilitam também o sistema de crédito interno ao setor privado, comprimido hoje em cerca de apenas 25% do PIB.

Assim, as restrições externas e internas ao crescimento aumentam cada vez mais inibindo duplamente o investimento: o público, porque o governo não tem recursos para isso; o privado, tanto pela elevada taxa de juros, quanto pelo aumento da incerteza e pelo baixo crescimento do PIB. É preciso também lembrar que a crescente contaminação dos juros no orçamento público, leva a novos e crescentes cortes do gasto corrente, notadamente nos gastos sociais.

Os efeitos líquidos desse conjunto fazem com que o crescimento médio do PIB, na América Latina e no Brasil, seja muito baixo. Entre 1988 e 2002, para a maior parte de nossos países, o crescimento foi alto (>5%) somente em 4 ou 5 anos; e em outro tanto, baixo (>3% < 5%) ou débil ou negativo.⁷ Isto se deve a que a dinâmica de alto crescimento gera um aumento mais que proporcional dos gastos externos e das contas públicas, levando a uma situação de crise cambial aberta ou latente, que obriga a um freio no crescimento, para "reequilibrar" as contas externas. Por essa razão, a taxa média de crescimento nos 6 principais países da América Latina (exceto Chile) situou-se, entre 1989 e 2002, em 1,6% na Argentina, 2,0% no Brasil, 2,6% na Colômbia, 3,1% no México e no Peru e 1,6% na Venezuela. Ou seja, taxas tão ruins quanto as verificadas na década anterior.

⁶ Ver, no texto acima citado (Cano, 2000), a análise macroeconômica dos sete principais países latino americanos, onde os dados macroeconômicos explicitam seus movimentos de *auge*, *baixo crescimento* e *depois a crise*.

⁷ A exceção a esse desempenho é o Chile, que teve altas taxas em 8 anos, médias em 3 e baixas em outros 3. Sua taxa média durante o período foi de 4,6%. Discuto a especificidade chilena em Cano (2000).

Mas crescimento maior, pelas razões já citadas, traz aumento nas dívidas, deprimindo também as contas públicas; crescimento baixo ou negativo debilita a receita fiscal, também deprimindo-as. É por isso que, a despeito de nossa carga tributária ter crescido, no período recente, de 26% para 34%, a penúria fiscal não se resolve, pois todo o aumento dela (8%), praticamente é absorvido pelos juros. Cabe ainda lembrar, que os males que afetam o governo central acabam também contaminando os governos estaduais e municipais, transmitindo-lhes os efeitos estruturais e recorrentes da crise.

Não é preciso repisar os males sociais advindos dessa dinâmica: aumento do desemprego, queda dos salários reais, corte dos gastos sociais e aumento da violência, hoje presentes em quase todos nossos países e cidades. Acresça-se a deterioração ou abandono das políticas de desenvolvimento regional e o desencadeamento de uma *guerra fiscal* entre os entes públicos subnacionais.⁸

Assim, é inerente à dinâmica desse modelo, a corrosão (e não o equilíbrio) dos chamados fundamentos da economia, que, fatalmente, a conduz a um desastre cambial e financeiro. A conhecida rota argentina...

2- Reformas parciais ou ruptura do modelo?

Minhas pesquisas e reflexões me levam a entender que não cabem alterações ou reformas parciais no modelo. Por exemplo, se apenas baixarmos muito os juros, para torna-los compatíveis com o cálculo empresarial, o fluxo de capital externo diminui ou foge, implodindo o modelo; se aumentarmos os gastos sociais (e o investimento público), é o orçamento que explode, ante o enorme peso dos juros; os estímulos às exportações esbarram tanto em obstáculos externos (o descarado protecionismo dos países desenvolvidos, queda dos preços, etc.), quanto internos (o problema do financiamento, da carga tributária indireta, etc.). Se pretendermos conter importações, nos defrontamos com Acordos Internacionais assinados, e com a desestruturação causada em parte de nossas cadeias produtivas.

Assim, entendemos que devemos substituir o modelo atual, instaurando uma transição rumo à alternativa que adiante proponho, com uso da soberania nacional no manejo da política de crescimento da renda e do emprego mais altos e duradouros, com distribuição de renda e justiça social, com a oferta e a demanda voltadas principalmente (não exclusivamente) para o mercado interno. Nossa vulnerabilidade externa adiciona à nossa proposta, rumos de crescimento poupadores e geradores de divisas, mas longe de qualquer sentido de *autarquia econômica* ou de uma *volta ao protecionismo frívolo*.

2.1- constrangimentos externos,

O atual modelo ampliou em muito nossa vulnerabilidade externa e dificulta a formulação e execução de um novo projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, pois:

- *a dívida externa*, dobrou, pressionando ainda mais nosso Balanço de Pagamentos, e exigindo permanente renegociação e ampliação do financiamento externo;

⁸ Sob o tema ver Cano, W, *Questão Regional e Política Econômica Nacional*. in: Castro, A.C. (Org.) *BNDES: Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro*. BNDES, Rio de Janeiro, v 3, 2002. e Prado, S. e Cavalcanti, E.G. *A Guerra Fiscal no Brasil*. Fundap/Ipea, São Paulo/Brasília, 2000.

- a *Tríade* nos impôs suas políticas multilaterais, estreitando nossa capacidade externa de negociação bilateral. A adesão brasileira à Rodada Uruguai e à OMC reforçou ainda mais o comprometimento da economia nacional e de sua soberania;
- as novas *empresas transnacionais*, praticaram a mais alta reconcentração privada de capital, ampliando sobremodo seus poderes monopólicos de mercado, financeiro, tecnológico e de decisão para o investimento interno;
- as *transformações tecnológicas*, entre outros, nos causam os seguintes problemas:
 - i- substituição de trabalho (principalmente o menos qualificado), fator abundante nos países subdesenvolvidos, e duplicação do desemprego estrutural;
 - ii- substituição de insumos e produtos tradicionais (aço comum, cobre, chumbo, açúcar de cana, etc.), por novos, produzidos pelas novas tecnologias, notadamente nos países desenvolvidos;
 - iii- *sucateamento* de *equipamentos e instalações* relativamente novos, estruturados no antigo padrão tecnológico;
 - iv- necessidade de grandes *investimentos de infra-estrutura* adequada às novas tecnologias;
 - v- incerteza sobre o futuro de parte de nossa *agricultura*, frente à moderna biotecnologia, que poderá eliminar parte de nossas vantagens atuais;
 - vi- transferência, dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, de parte da produção de bens causadores de graves danos ecológicos ou que requerem alto consumo de energia, como aço, alumínio, celulose, etc.;
 - vii- as privatizações e as quebras dos monopólios públicos encolheram ainda mais o Estado, reduzindo seu investimento e fizeram-no perder até a capacidade de, com as empresas estatais, conduzir as principais políticas setoriais e regionais;
 - viii- o predomínio das decisões pelas ETs dirige o progresso técnico para segmentos que são mais compatíveis com a distribuição regressiva da renda ou que a acentua.

2.2- constrangimentos internos

Por outro lado, a acumulação dos efeitos perversos da crise da década de 1980 com os do período atual, ampliou também os fatores internos inibitórios ao crescimento:

- i- nosso velho conhecido *problema da estabilização* não está, de maneira alguma, solucionado, dado que, ao contrário do que apregoam os economistas oficiais, alguns dos fundamentos macroeconômicos são fortemente instáveis, como o câmbio, os juros e a ciclópica dívida pública interna;
- ii- profunda *deterioração do estado*, dada sua fragilidade fiscal e financeira, ineficiência administrativa, corrosão de sua capacidade de planejamento, e a urgente necessidade de readequação qualitativa do funcionalismo público;
- iii- as privatizações e concessões de serviços públicos não foram capazes de anular os efeitos negativos gerados por vinte e três anos de redução do investimento público, deteriorando muitos dos serviços públicos básicos e a própria infra-estrutura, como em energia, transportes e saneamento básico;
- iv- há urgente necessidade de diagnosticar as empresas estatais remanescentes, para readequa-las aos novos propósitos de crescimento;
- v- o atraso tecnológico relativo de vários setores produtivos;
- vi- a debilidade do sistema nacional de financiamento de longo prazo;

vii- a ausência de capacidade e vontade política das elites, para formular um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Estas, em grande parte, se converteram em *rentiers* da dívida pública, beneficiando-se ainda das facilidades geradas pela livre entrada e saída de capital.

Considerados os anos em que estamos ficando à margem da reestruturação tecnológica e o tempo necessário para alocar recursos e investimentos para recuperar o que deixou de ser feito, não é difícil estimar que nosso "atraso" rumo à Terceira Revolução Industrial, já contabilizaria um período em torno de 40 anos.

3- Questões básicas para formular o novo modelo

Contudo, a esse *atraso técnico e material*, há que juntar-se o *atraso cultural e o social*, ampliados durante esse período. Assim, estas reflexões me levam a pensar como **objetivos básicos de médio prazo** desta proposta: *altas e persistentes taxas de crescimento da renda e do emprego; implantação de uma política científica, tecnológica e cultural com maior autonomia, distribuição social de renda e de ativos, e responsável conservação ambiental.*

De início, é necessário aprofundar o diagnóstico macroeconômico e social e estudar as perspectivas internacionais, a fim de que se possa implantar uma política de transição que reduza, no curto prazo, alguns dos efeitos mais perversos do atual modelo e possa firmar os parâmetros para a condução ao novo propósito. Esta alternativa, que é progressista e democrática em relação ao atual *fascismo de mercado*, exige que se tenha clara consciência dos problemas a enfrentar e que se esclareça a opinião pública sobre suas dificuldades e seus efeitos.

Essas questões nos levam a entender que:

- i- há inquestionável e inadiável necessidade de ruptura com o atual modelo, substituindo-o pela alternativa aqui proposta;
- ii- será indispensável *reestruturar as dívidas interna e externa*, para desafogar a crítica situação de nossas finanças públicas e do balanço de pagamentos;
- iii- será imprescindível o *controle do câmbio e dos fluxos de capitais do e para o exterior*, e retirar qualquer veleidade de conversão de nossa moeda;
- iv- é necessária profunda reestruturação dos mecanismos de proteção tarifária e não tarifária bem como rever e eventualmente renegociar alguns de nossos acordos e atuais obrigações internacionais;
- v- denunciar os previsíveis efeitos decorrentes de eventual criação da ALCA e da proposta para um Acordo Multilateral de Investimentos, que aprofundaria a atual submissão do país e do continente aos EUA.
- vi- é necessária rigorosa reformulação das diretrizes atuais que regem nossas instituições financeiras (BC, BNDES, BB e CEF e demais bancos públicos), para que se possa criar novo sistema financeiro público para a alocação do crédito, especialmente o de médio e de longo prazo;
- vii- urge fazer profunda revisão das condições vigentes hoje junto às instituições financeiras privadas, para conter a especulação financeira e alocar crédito segundo as prioridades que deverão ser estabelecidas;
- viii- dada a grave restrição interna (pública) e externa de recursos, que poderá piorar após a ruptura, as opções deverão buscar, no início, a *utilização de capacidade ociosa da economia*, minimizando e priorizando as necessidades de investimentos líquidos, mormente aqueles que demandem elevados recursos externos;

ix- para a transição, é indispensável a implantação de uma *política emergencial de abastecimento* e, posteriormente, uma *política de segurança alimentar*;

x- será impossível a consecução destas proposições, sem que se proceda a uma completa e urgente reformulação dos aparelhos de estado voltados para a implantação das opções e do acompanhamento de sua execução.

É necessário advertir que os propósitos acima poderão desencadear conflitos externos (EUA, FMI, BIRD, OMC, banca internacional, e outros) e internos (elites, partidos políticos, parte dos empresários, sistema financeiro, alguns sindicatos, etc.), o que implica, necessariamente-, a prévia construção de um novo e difícil pacto de poder político. Este pacto terá de passar por negociações entre *partidos, classe trabalhadora, empresariado, regiões e setores*, exigindo acurado e afinado preparo político para tal. Sem isto, é difícil pensar em opções dentro dos limites da democracia.

4- Uma alternativa não neoliberal

Diante dos fortes constrangimentos internos e externos acima vistos, da gravidade da crise social que ora vivemos, e da pluralidade de reivindicações dos diversos temas/setores/regiões, seria impossível para um país como o nosso optar por um único e determinante vetor de crescimento, seja o conhecido "*drive exportador*" ou o do "*mercado interno de massas*".

Por um lado, a exclusiva opção interna afetaria fortemente a capacidade de gasto público dos próximos 20 anos com os requisitos de recursos, ante o acúmulo de investimentos públicos e privados não realizados nos últimos anos. Esse vetor, por outro lado, não evitaria o crescimento de importações de equipamentos e insumos, que poderiam se chocar com as assinaladas restrições externas.

Por outro lado, dadas as condições da economia internacional hoje, seria impossível o crescimento necessário das exportações, para fazer frente a acrescida demanda de importações. Ainda mais se considerarmos que 45% das atuais são constituídas de produtos primários e semi manufaturados, de baixo valor agregado e lento crescimento em sua demanda internacional. Os outros 55% são manufaturados, mas poucos deles têm alto valor agregado ou demanda externa passível de alto crescimento.

Seria preciso contar com produção de alta qualidade, especializada e em grande quantidade, para que pudéssemos transformar nossas exportações na variável determinante da renda e do emprego.⁹ A menos que se selecionem determinados setores menos demandantes de importações (ou altamente geradores de exportações), será muito difícil diversificar e dinamizar nossas exportações.

Também não é difícil deduzir que qualquer dos dois vetores nos coloca problemas sérios de financiamento interno e externo, e, eventualmente, de inflação e de balanço de pagamentos. Mas não nos esqueçamos de que o crescimento possível com qualquer deles - isoladamente - é pequeno e insuficiente para dar conta do problema do emprego e, muito menos, de nossa crise social.

Por isso é necessário definir uma estratégia que não tenha peso excessivo num vetor isolado, mas que, ao contrário, utilize "de tudo um pouco". Ela contemplaria vários setores ao

⁹ Ver ao final deste texto, apêndice em que faço algumas considerações sobre as dificuldades para ampliar nossas exportações, mantido apenas o atual quadro de origem-destino de nosso comércio.

mesmo tempo, priorizando a atualização tecnológica de alguns de seus segmentos e escalonando, no tempo, a utilização dos recursos mais escassos (câmbio e finanças públicas). Entretanto, mesmo uma combinação "ótima" de setores/tempo/espaço não evitará maiores necessidades de importações e isto, mais o acesso a tecnologias modernas, pressionaria nossa capacidade de pagamentos internacionais, obrigando-nos a reforçar, nessa estratégia, a política de exportações.

Há, em suma, a inequívoca e urgente necessidade de se formular uma **estratégia, para um Programa Organizado e Defensivo.**

- **Organizado**, no sentido de não deixar exclusivamente ao mercado a "solução" de problemas econômicos e sociais. Para tanto, é imprescindível reestruturar o Estado, para, com apoio político da sociedade, retomar soberanamente os destinos da Política Econômica e Social do País;

- **Defensivo**, porque ainda somos a maior estrutura industrial do "Terceiro Mundo" e temos, portanto, ainda muito a perder - em termos de Ativos e de Empregos - se permitirmos a continuidade da atual abertura desgovernada e "orientada" exclusivamente pelo mercado.

Para a consecução disso se requer, inquestionavelmente, a elaboração de quatro complexos projetos interdependentes:

I- o primeiro, de **controle da inflação**, para que não retome níveis elevados, mas que arbitre as perdas que surjam em decorrência de políticas de estabilização, com critérios de maior justiça social. Tal política tem de ser *implementada simultaneamente com* algumas das reformas para isso exigidas e com *inequívoca sinalização de necessidades e oportunidades de inversão privada*, que reative os mecanismos de crescimento e que impeça a fuga ou a realocação especulativa dos recursos financeiros hoje aplicados em ativos improdutivos. Será necessária uma *política de abastecimento* específica para itens de alimentação, cuja demanda crescerá fortemente à medida que o emprego retome níveis elevados. Em praticamente todos os demais bens-salário (têxtil, calçados e confecções, etc.), há capacidade ociosa, e o cuidado aqui deveria ser o da fiscalização de seus preços.

II- uma difícil **"engenharia política"** para uma ampla negociação nacional, que passe não apenas pelos Partidos Políticos, mas que, sobretudo, examine, discuta, negocie e promova os atendimentos possíveis à população - notadamente às classes médias e baixas - e à economia. Tal negociação, assim, deve "passar a limpo" as relações trabalho/ capital; as da interação e sinergia das pequenas, médias e grandes empresas; as do *tripé*, capital estrangeiro/ capital nacional público/ privado; e a dos interesses e conflitos inter-regionais. Há, portanto, que *repolitizar* a economia.

III- o terceiro projeto compreende amplo conjunto de *reformas estruturais* exigidas para que se possa levar a termo a "arrumação da casa" para a formulação das políticas de curto, médio e longo prazo. É sumamente importante lembrar que estas reformas, em sua maior parte, devem ser *implantadas concomitantemente*, mas, sempre que necessário, escalonar algumas em desdobramentos de curto, médio e longo prazo:

- i- *reforma do Estado*, para maior agilização administrativa, readequação e requalificação do funcionalismo público, remontagem do sistema nacional de planejamento e que permita a reintrodução da capacidade seletiva de priorização do gasto e do investimento;
- ii- estudar e propor *pautas adicionais* de exportação e importação que poderão ser criadas, via acordos especiais, com ampla integração comercial com a América Latina e outros países periféricos, principalmente com os três outros países "continentais", a China, a Índia e a

Rússia. Estas pautas teriam caráter complementar entre o Brasil e esses países, expandindo trocas de produtos cujas vendas dificilmente poderiam ingressar (ou crescer) nos demais mercados;

iii- equacionamento do *serviço da dívida externa*, para compatibilizar tanto um orçamento cambial que ampare a retomada do investimento e do crescimento, quanto, principalmente, condicionar nossa capacidade de amortizá-la às disponibilidades fiscais;

iv- equacionamento da *dívida pública interna*, para o disciplinamento das contas públicas e contenção da pressão estrutural, hoje exercida sobre a taxa de juros. Dado que as três esferas de governo encontram-se financeiramente comprometidas, esse equacionamento deverá abranger todas elas. A forte redução das atuais taxas reais de juros e o alongamento de prazos são questões fundamentais para isto;

v- *fiscal e tributária, progressiva*, que possa readequar as contas públicas, os níveis regionais e locais de competências, simplificar o sistema tributário nacional e que dê, em suma, as condições financeiras exigidas por um Estado moderno, eficiente e socialmente justo. Deverá ser prioritário o combate à atual guerra fiscal;

vi- reestruturação do *sistema financeiro nacional* para dificultar a especulação, fortalecer o mercado de capitais e solucionar nosso estrutural estrangulamento do financiamento de longo prazo;

vii- *reformas sociais (agrária, abastecimento, urbana, saúde pública, previdência social, educacional e ambiental)*, projetadas tanto para ataques emergenciais aos problemas dos mais carentes quanto para se atingir toda a sociedade, numa perspectiva de prazo maior - certamente superior ao de um mandato presidencial;

viii- *reforma da empresa*, para que possa se adequar aos novos requisitos administrativos, produtivos e financeiros e que permita maior transparência de seus resultados, de sua eficiência e de seu papel social numa sociedade moderna e mais justa.

IV- o quarto projeto, é o *desenho estratégico do "modelo"*, cujas margens são definidas, de um lado, pelos limites dos orçamentos cambial e fiscal e da capacidade interna de financiamento e de outro, por um *processo seletivo de prioridades sociais e produtivas*, que atendam aos pressupostos políticos básicos a que nos propomos. É bom lembrar que teremos que alocar recursos em muitas coisas ao mesmo tempo: por exemplo na restauração da infra- estrutura, ampliação das exportações, substituição de importações, na modernização produtiva e em gastos sociais emergentes. A limitação de recursos contudo, impede-nos de atender a tudo e a todos, ao mesmo tempo.

Por isso, o modelo socioeconômico deveria ter como pressuposto central seletivas prioridades para o crescimento e a distribuição da renda. Há, assim, que se promover uma delicada "engenharia socioeconômica" que combine o maior número possível de áreas-problema, procurando maximizar os recursos com metas claras de *crescimento, modernização e justiça social*.

Tal programa, ao priorizar áreas, terá de desenhar projetos específicos - porque não há recursos para o atendimento geral - que abarquem segmentos *sociais, regionais e setoriais*:

i- grupos de empresas que mais exportam ou que têm maior relevância na produção de um setor prioritário - material de construção, por exemplo, para a política habitacional;

- ii- *regionais*, objetivando desenvolve-los e manter a unidade e a harmonia nacional, via desconcentração da atividade econômica, mas considerando também o lado social;
- iii- *sociais, tanto emergenciais*, como frentes de trabalho, programas especiais de emprego, de atendimento a carentes;, e os de caráter *estrutural e permanente*, via reforma agrária, distribuição e acesso a ativos, profunda reformulação dos sistemas de saúde; educação e cultura;
- iv- de *ciência e tecnologia*, para desenvolver a criatividade e assegurar maior autonomia nacional, diminuindo o atual elevado grau de dependência tecnológica que o país tem para com as ETs.

Trata-se assim, de produzir *projetos que possam atingir metas múltiplas* como por exemplo, os habitacionais que, simultaneamente, proporcionam altos efeitos positivos diretos e indiretos de emprego, de crescimento e de distribuição de renda.

Em suas linhas gerais (que aqui não cabe detalhar), essa estratégia perseguiria as seguintes metas:

i. área social: crescimento com distribuição; combate à pobreza

Setores como habitação e saneamento são áreas de gastos mínimos de divisas, altamente empregadora, mas que também exercem forte demanda de recursos públicos, principalmente de financiamento de longo prazo. A reforma agrária não pode deixar de ser aqui contemplada, tanto pelos menores recursos que exige quanto pelo seu menor investimento por emprego gerado. Parte importante desses recursos poderia advir de uma competente e responsável engenharia financeira com fundos previdenciários e lastrada em títulos da dívida pública. O uso mais responsável de outros fundos públicos, como os do FAT, reforçaria sobretudo esses programas.

A reformulação da saúde e educação públicas incluirá metas de urgente erradicação do analfabetismo, e de alcançar maior abrangência ou universalização, Programas do tipo renda mínima deverão ser implantados, com previsão de gradativa redução a longo prazo, em função do aumento do emprego, da subsequente melhoria de salários, de política tributária menos regressiva e de aumento da oferta de bens-salário a custos e preços menores. Uma das políticas de emprego emergencial consistirá no uso intensivo de mão de obra em obras públicas e em sua manutenção, e esta modalidade deverá ser objeto de negociação entre as diversas esferas do poder público, condicionada pelas fontes supridoras de recursos. Aumento real gradativo do salário mínimo.

ii. infra-estrutura

Não poderão ser feitos, nas primeiras etapas, investimentos maciços em poucos setores, mas ao contrário, uma distribuição multissetorial de gastos que possam atenuar a atual carência e a deterioração de algumas áreas, tornando-as gradativamente aptas a dar o apoio à modernização, às exportações e à retomada do crescimento.¹⁰ É área de alta relação capital/produto, mas vários de seus segmentos, podem ser produzidos (e mantidos) com uso mais intenso de trabalho e menos de capital, sendo assim também altamente empregadores. Tendo em vista que teremos de aprofundar nossa inserção comercial com a América Latina, parte de nossos projetos deverá ter esse objetivo em mente, executados num horizonte de tempo mais longo.

¹⁰ A questão do apoio de nova infraestrutura para exportações de produtos básicos, do tipo "Corredores de Exportação" ou "Grandes Eixos" terá que sofrer objetiva e responsável reformulação, em função das prioridades que forem fixadas para as exportações. Ver adiante, item 5.

iii. modernização produtiva

O caráter seletivo (priorização estratégica) deverá aqui ser usado com mais rigor, dado que a maior parte dos setores do aparelho produtivo precisaria ser modernizada. A seletividade deverá contemplar algumas áreas mais prioritárias, como aquelas mais aptas a: a) manter e/ou expandir exportações para as quais estamos hoje capacitados; b) desenvolver segmentos produtivos de *high tech* (para o mercado interno e para diversificação de exportações); c) eliminar "gargalos" para a infra-estrutura e para a área social.

A reestruturação de cadeias produtivas parcialmente destruídas pelas políticas de privatização e de abertura deverá ser objeto de programação especial, tendo em vista não só o crescimento e a economia de divisas com importações, mas também a recomposição da estrutura produtiva.

5- Considerações sobre possibilidades de expandir exportações

A necessidade de aumentarmos nossas exportações está implícita em qualquer estratégia que venha a ser desenhada e implementada para o Brasil, primeiro, face à vulnerabilidade externa, e só como papel complementar ao crescimento econômico, dado que perfazem apenas cerca de 10% do PIB. É bom lembrar que nossa participação nas exportações mundiais, que era em torno de 2% na década de 1950, caiu vertiginosamente a partir da década seguinte, e entre 1985 e 2002, situou-se entre 0,9% e 1%. Nossa pauta, nesse período, diversificou-se, mas estamos, nos últimos 20 anos, mantendo uma participação de apenas cerca de 55% de manufaturados, sobre o total. A propósito, recente trabalho mostra que entre 1900/1904 e 1996/2000, os preços relativos dos produtos básicos caíram, segundo vários índices, entre 50% e 60%.¹¹

Dada a diversidade de problemas que atingem os diferentes segmentos de exportação, é necessário estudá-los separadamente. As dificuldades de toda a ordem com que esbarramos ao tentar amplia-las e diversifica-las exigem profunda reflexão sobre a economia internacional, e estas notas procuram dar alguns passos iniciais nesse sentido. Além disso, entendendo ser de necessidade imediata uma decidida reformulação de nossa estrutura institucional externa, dotando seus órgãos com os recursos e equipes técnicas suficientes e com uma nova atitude de política externa, exigindo e fazendo cumprir o papel que nos cabe no cenário internacional.

Além das alterações tarifárias e dos controles cambiais e dos fluxos de capitais, devemos também implantar uma política de incentivos e de regulamentação às empresas de capital estrangeiro, que, entre outras medidas, proponha condições do tipo: para cada dólar gasto com importações, há que gerar dois de exportações; para os lucros não reinvestidos e remetidos, a obrigação de gerar (determinada proporção de) recursos externos, seja em créditos ou em exportações.

A multilateralização das negociações do comércio internacional, antes pelo GATT e hoje pela OMC, é uma faca de dois gumes para países subdesenvolvidos como o Brasil, que avançaram mais pela industrialização. Por um lado, é verdade que simplificou as negociações e deu-lhes uma organicidade maior, tentando evitar, formalmente, discriminações isoladas. Contudo, o que se vê ao longo de sua existência é que a forte presença dos maiores países líderes

¹¹ Ver a respeito: Ocampo, J.A e Parra, M.A, *Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX*. Revista Cepal n. 79, Cepal, Santiago, 4/2003.

nessa instituição ou suas ações (isoladas, como as dos EUA, ou coletivas, como as da UE) específicas, fazem sempre pender a balança para o atendimento maior de seus interesses.

Além do mais, a exigência, tanto na OMC quanto na ALCA, da negociação para liberalização dos serviços e da regulamentação do uso da propriedade intelectual e de investimentos, constituem o *calcanhar de Aquiles* para a preservação de nossa soberania nacional. Aceitarmos isto, só atenderá, obviamente, aos interesses maiores dos países desenvolvidos e em detrimento de nosso desenvolvimento.

Tais atitudes podem ser tomadas à luz de acordos específicos ou das grandes negociações temporárias. Mas também tomam a forma de acordos parciais, como os acordos para contenção de cotas "voluntárias", bastante praticados pelos EUA com alguns de seus principais fornecedores, de retaliações ameaçadas ou efetivadas (sempre pelos países líderes, é claro), ou de embargo unilateral, como o imposto a Cuba pelos EUA, que inclusive obriga que filiais dos EUA localizadas em outros países o cumpram.

É com os blocos - institucionais (como a UE) ou não, (como os do Japão, ou dos EUA até antes da criação da Nafta) -, contudo, que tais controles, concessões especiais e discriminações têm se multiplicado. Entre os casos atuais mais gritantes estão a política agrícola protecionista da UE e a específica "liberalização" comercial concedida pelos EUA à China, que de fato discrimina e desloca exportações de manufaturas tradicionais de outros países subdesenvolvidos.

As experiências de integração latino-americana (desde 1961 com a Alalc) mostram que a diversidade de situações estruturais, de políticas econômicas e de instabilidades macroeconômicas de seus principais países constitui sério impedimento para uma plena integração. Não é difícil perceber que a proposta de constituição de um mercado para todo o continente americano não tem fundamento, a menos que nos convertamos - todos os países que de certa forma ambicionaram um dia se industrializar - em verdadeiras plataformas de exportação, em produtores de *nichos*, em *maquiladoras* em grande escala, mas jamais em países desenvolvidos. E isto, a despeito de que os EUA continuam a ser o principal mercado externo individual para o Brasil.

A integração dos países do chamado Cone Sul começa em 1985-1986 com os acordos setoriais e temáticos assinados entre o Brasil e a Argentina, cujas propostas gerais eram a de atingir um fortalecimento político dos principais devedores (incluindo o México) junto aos bancos credores e a de ampliar uma área de livre comércio entre ambos. Contudo, a subida de dois presidentes neoliberais (Menem e Collor) precipitou a idéia voluntarista e pouco refletida da imediata constituição de um *mercado comum* entre eles, incluindo o Paraguai e o Uruguai. O prazo anterior de 10 anos para atingir a integração foi encurtado para 4, tempo diminuto, se tomamos o exemplo da UE, que, em 1986, ao propor para 1993 o projeto do *Mercado Único*, já acumulava experiência de 34 anos de evolutiva integração.

Fez-se tudo isto, no Mercosul, sem mesmo se contar com estudos setoriais nacionais que pudessem, pelo menos, aquilatar as diferenças específicas de produtividade, custos, competitividade, salários, estruturas tributárias, etc. Pior do que isso, entretanto, é a decisão sobre a harmonização das políticas macroeconômicas, como se tivesse sido possível harmonizar a "camisa de força" cambial e monetária argentina com o câmbio desvalorizado (salvo entre 7/1994 e 12/1998 e 3/2003 e hoje) do Brasil.

O Brasil tem a ossatura industrial mais completa e a Argentina uma semidestruída, enquanto os outros dois países têm incipiente industrialização. Por isso, e pela dimensão de

mercado desses três países, o Brasil não pode ter, no Mercosul, nem a integração nem o mercado de que necessita sua indústria. Mesmo pelo lado da agropecuária, as desvantagens brasileiras não foram suficientemente comparadas com as produtividades argentinas, e isso nos causa sérios problemas concorrenciais, pelo menos no que tange a soja, carnes, couros, leite, frutas e a agroindústria desses produtos.

Por essas razões, é preciso não só refletir mais e melhor sobre o Mercosul, como também estudar com profundidade e seriedade nossas possibilidades de reorientação comercial parcial, incluindo mais ativamente o restante da América Latina e propondo negociações mais amplas junto aos mercados da Europa Oriental, da ex-URSS, da Índia e da China.

A hipótese é a de que com eles poderíamos formar um sistema "paralelo" de trocas de bens e serviços que gradativamente deixarão de ser produzidos nos países desenvolvidos, nos termos da Segunda Revolução Industrial, desaparecendo a produção de alguns deles ou modificando-se sua forma tecnológica de produzir. É claro que esses novos acordos também contemplariam bens tradicionais, como os básicos, e crescentemente, produtos de maior valor agregado. Obviamente, isto não exclui a participação de todos esses países no sistema atual de trocas (o que seria desprovido de sentido), de onde, aliás, teriam de obter o financiamento (ou o *surplus*) necessário à compatibilização das trocas no sistema "paralelo". Esse sistema, naturalmente, teria vida longa (mas extingüível), a menos que as condições internacionais mudassem radicalmente, coisa pouco provável a médio prazo.

Isso permitiria a esses países manter a maior parte de suas atuais estruturas produtivas e evitar sua destruição, modernizando-as numa cronologia adequada às suas disponibilidades dinâmicas de recursos. Enquanto isso, suas necessidades daqueles insumos e bens de capital seriam supridas nesse sistema "paralelo". A razão principal disso é que uma modernização mais intensa e rápida é cambial e financeiramente inviável para esses países. A opção pela destruição rápida de ativos significa sucatear capacidade produtiva, abdicar da industrialização e agravar o subdesenvolvimento, destruindo meios de produção que ainda são capazes de suprir necessidades humanas.

Por outro lado, não tem sentido a destruição enorme de ativos que países como os do Leste, a ex-URSS, China, Índia, Brasil e outros teriam de fazer diante da "necessidade" de uma imediata entrada na Terceira Revolução Industrial. Muito menos diante do flagelo em que se tornou a questão do desemprego tecnológico e que multiplicou ainda mais a pobreza e a miséria desses países.

A proposta acima não é irreal, mas envolve negociações difíceis e formulações de estratégias nacionais de desenvolvimento, isto sim, um pouco "fora de moda" para o gosto neoliberal. O que me leva a formulá-la é justamente a grandeza do tempo envolvido na assimilação histórica das grandes transformações produtivas, e no que isso representa em termos de novo afastamento dos níveis de riqueza e miséria mundiais. As nações subdesenvolvidas não terão, na verdade, muita chance de escolha se optarem cegamente pela rota da *pseudomodernidade*. Por outro lado, países como o Brasil, a Índia, a China e a exURSS, por suas próprias dimensões econômicas, capacidade e conhecimento técnicos acumulados e dotação de recursos, poderiam liderar o novo processo, promovendo uma integração complementar (que chamei de sistema "paralelo" de trocas) com muitos países subdesenvolvidos.

A questão das exportações de produtos da Terceira Revolução Industrial não teria maiores dificuldades, desde que aceitássemos as regras do jogo dos países líderes, isto é, abdicar da industrialização soberana e submeter sua estrutura produtiva aos ditames das ETs. O difícil

será conseguir manter a soberania e dirigir nossa modernização e nossas exportações com negociações. Mas, por mais difícil que isso possa vir a ser, esta via deve ser procurada constantemente, dado que não há outra, uma vez que a violenta reconcentração de capital que as transnacionais fizeram reconcentrou, também, a tecnologia, o mercado e a finança internacional, alterando (para pior, no nosso caso) as estruturas do poder econômico internacional.

Se corretas as observações contidas nestas "conclusões", penso que a idéia de se formular uma estratégia alternativa para o Brasil, nos moldes aqui propostos, não só fica reforçada, como também se torna inadiável. É a esta tarefa que deveremos dedicar nossos maiores esforços. Mas essas propostas não se tratam, advirta-se, de "simples volta aos anos 30"; pelo contrário, seria algo novo e moderno, na conotação humana que a palavra progresso precisa conter.

Vejamos ainda, resumidamente, algumas questões relevantes que podem se interpor à expansão de nossas exportações, segundo as principais classes de produtos.

i - produtos da agropecuária

Para este setor, a demanda (entre 1974 e 2002) caiu cerca de 30% em preços, e não se espera recuperação alentada. Previsões mundiais apontam baixo crescimento anual das quantidades, entre 1 % e 2%, e entre 2,5% e 3,5% para os casos especiais do trigo e soja. No caso brasileiro, as exportações agropecuárias têm tido acentuada expansão (especialmente de soja e derivados e carnes), abarcando cerca de 30% das exportações totais. Contudo, estudo recente mostra que, a despeito dessa expansão, apenas 11,36% do valor de nossas exportações (em bruto e semimanufaturadas) agropecuárias gozam de situação classificada como "ótima": são produtos com alta expansão nas importações mundiais e o Brasil tem aumentado sua participação nesse mercado. Do restante, 9,64% são "oportunidades perdidas" (quando as importações mundiais crescem e nossa participação diminui); 15,28% constituem "retrocesso" (declina as importações mundiais e também nossa participação); os demais 63,72% estão em "situação de vulnerabilidade" (nossa participação aumenta em produtos que diminuem sua participação nas importações mundiais).¹²

Dada a situação internacional, temos não só que ficar atentos para eventuais tropeços, como também explorar as poucas oportunidades que poderão surgir. Por exemplo, a desestruturação das ex-economias socialistas e seu eventual ingresso na CEE, gerará restrições em suas importações e aumento de suas exportações para a própria CEE.

A China, ao contrário, atravessa longa fase de alto crescimento industrial e urbano mas sua agricultura se defronta com sérios problemas, como erosão, escassez de água em várias regiões, e disponibilidade de terras aráveis e irrigáveis restrita. Ela tem alta participação na produção ou no consumo mundial de muitos produtos (35% a 40% no arroz, 25% em algodão, 19% em trigo, 12% em cereais secundários, 9% em óleos vegetais, tortas, rações, etc.). Sua política de auto-suficiência entre 1965 e 1990 teve pleno sucesso em vários produtos (grãos, exceto trigo; arroz; açúcar; carne e laticínios), oscilando em torno de 100% e insucessos em outros, que reverteram, como a lã (52%) e o algodão (80%). Assim, ela poderá representar importante vetor de importações desses produtos.

¹² As cifras citadas encontram-se em : Carvalho, M.A. de; *Comércio Agrícola e Vulnerabilidade Externa Brasileira*. Revista Agricultura em São Paulo, SP, 49(2): 55-69, 2002, Secretaria de Agricultura, Instituto de Economia Agrícola.

Assim sendo, apostar em um modelo “drive exportador” desses produtos, o qual ainda exige investimentos adicionais de infraestrutura, é, no mínimo, temerário

ii - produtos minerais (exclusive energéticos)

Salvo gás e petróleo, as séries históricas mostram sério debilitamento da demanda mundial da maior parte desses produtos, tanto pela queda do ritmo de crescimento mundial quanto, principalmente pela substituição que vêm sofrendo, por outros produtos modernos.

A tabela abaixo nos obriga a chamar a atenção para vários fatos. Observe-se que, entre 1950 e 1975, enquanto o consumo aparente dos EUA já mostrava forte inflexão, a produção mundial ainda apresentava taxas altas para os 4 produtos assinalados. Isto se deve à notável expansão econômica vivida pelos demais países desenvolvidos – foi a chamada *golden age* – e pela última e forte expansão industrial diversificada do terceiro mundo. Contudo, a crise e a reestruturação produtiva e tecnológica que estamos vivendo nos últimos 25 anos mostram claramente a tendência depressiva tanto do consumo aparente quanto da produção mundial. Note-se ainda que é o crescimento veloz da China, Coréia do Sul e da Índia que ainda possibilita taxas positivas, dado seu retardo no processo de industrialização.

Taxas médias anuais (%) de crescimento do consumo aparente (EUA) e da produção mundial (Mundo)

	Alumínio		Cobre		Minério de Ferro		Aço	
	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA ⁽¹⁾	Mundo
1900-1920	19,13	15,67	7,00	3,36	4,56	1,65 ⁽²⁾	4,88	4,82
1920-1950	8,46	8,61	2,48	3,08	1,49	2,92	2,04	3,26
1950-1975	5,77	8,74	1,61 ⁽³⁾	4,56	0,14	4,58	0,79	5,00
1975-2000	3,06	2,78	1,78	2,42	- 1,93	0,65	- 1,15	1,11

Fontes: www.usgs.org ; e Steel Statistical Yearbook

(1)refere-se ao consumo de ferro gusa (pig iron); (2) taxa média de 1904/1920; (3) taxa média de 1976-77/1950.

Cabe também acrescentar que as menores taxas de crescimento da demanda e o efeito substituição por outros produtos provocam longa depressão nos preços da maior parte dos minerais metálicos. No mercado dos EUA, os preços reais entre 1900 e 1950 haviam sofrido quedas pronunciadas, entre 1950 e 2000 continuaram caindo, com cifras de -25% a -45%.¹³

iii - produtos manufaturados

A crise internacional, a reestruturação produtiva e "novas" barreiras comerciais dos países da OCED reduziram muito o alto crescimento anterior de nossas exportações, caindo nossa participação no mercado mundial (caiu para 0,6% em têxteis-confecções e para 6,7% em calçados). Nos tradicionais perdemos terreno tanto pelas altas exportações daqueles países (55 % das exportações totais de têxteis e confecções e 45% das de calçados), quanto pelo avanço das asiáticas, com China, Hong Kong e Coréia detendo em 1990 mais de 30% das de confecções e de têxteis. A China também expandiria suas exportações não-tradicionais, ampliando e tornando mais complexas e difíceis as negociações internacionais, dada a dimensão mundial de sua oferta

¹³ Conforme a fonte assinalada na tabela (USGS), No período 1950/2000, os preços médios reais praticados no mercado dos EUA, para alumínio, cobre e ferro, caíram entre 25% e 40%.

e demanda. Para nós, a modernização seletiva é imprescindível, pois não será mais possível exportar apenas à custa de trabalho mais barato e de uso intenso de recursos naturais.

As *commodities industriais* sofrem altos custos energéticos e ambientais e substituição tecnológica: a demanda mundial de *siderúrgicos* e *não ferrosos* continuará apresentando taxas menores de crescimento e preços baixos. Para a *pasta celulósica* a concorrência aumentou, ante a expansão da capacidade produtiva em países subdesenvolvidos. Por termos competitividade nesses segmentos (25% de nossas exportações totais), ainda poderemos manter nossa participação no mercado, em que pese as restrições dos países desenvolvidos, já mencionadas.

Material de transporte, com alta participação na pauta, tem problema mais delicado, dada a enorme dependência que temos das decisões de suas transnacionais, ainda mais na área do Mercosul. Isto também se dá com os produtos *high tech*. Outros, como *químicos* e *mecânicos*, podem ainda ser objeto de negociações especiais (o *circuito comercial paralelo*) com países subdesenvolvidos.

iv – serviços

Suas exportações terão duras negociações, restando-nos, se ainda tivermos condições de concorrer, exportar serviços de engenharia pesada e continuar importando grande parte dos de *high tech*, além dos financeiros, de transporte e outros.